



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo n.º 08607809420178152001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALEX MENDES BRITO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao ID [53132503 - Despacho](#) informar para ao final requerer o que segue.

Insta salientar que os pleitos da parte exequente encontram-se **completamente equivocados**, motivo pelo qual **IMPUGNA EXPRESSAMENTE** os pedidos contidos no ID [51920017 - Documento de Comprovação \(PETIÇÃO DIVERSA\)](#), em virtude do que passa a expor.

Quanto à alegação de que a **correção monetária** foi inserida apenas até setembro e o pagamento ocorreu em 10/11/2021, cumpre esclarecer que no cálculo constou devidamente sinalizado que a data inicial foi **RETROAGIDA em 2 meses no campo "descrição do cálculo"**. Explica-se: no momento da elaboração do cálculo, o indexador só estava atualizado até setembro. Dessa forma, para que a correção monetária fosse devidamente realizada, **a data inicial foi retroagida em dois meses**. Conforme sentença dos Embargos de Declaração ID [39339820 - Sentença](#), a correção monetária foi determinada a incidir **desde o sinistro em 21/08/2014** e o cálculo elaborado foi feito **2 meses antes da data correta para fins de compensação, a saber junho/2014**, conforme ID [51416048 - Outros Documentos \(2713167 PETICAO DE JUNTADA DE LIQUIDACAO Anexo 03\)](#).

Quanto ao pleito de honorários também não assiste razão à exequente. Veja, Nobre Julgador, que o acórdão ID [50615682 - Acórdão MANTEVE A SENTENÇA](#), vejamos o dispositivo: "Ante o exposto, **REJEITO AS PRELIMINARES E NEGOU PROVIMENTO AO APELO**, a fim de **manter incólume a sentença vergastada**. Deixo de majorar os honorários advocatícios de sucumbência, haja vista que já fixados em seu patamar máximo, nos termos do artigo 85, §2º do CPC/2015" O referido acórdão **TRÂNSITOU EM JULGADO**, ou seja, a parte exequente não apresentou recurso, conforme ID [50615687 - Certidão Trânsito em Julgado](#).

Destaca-se que a **sentença não modificada** trouxe a previsão de **CONDENAÇÃO DA PARTE AUTORA ao pagamento de custas e honorários face a sucumbência mínima da promovida**, ID [37232756 - Sentença](#), a saber: "Tendo em vista sucumbência mínima da parte promovida, **condeno o demandante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios**, que que arbitro em 20% do valor da condenação, a teor do art. 86 parágrafo único, do NCP. No entanto, a respectiva execução ficará sobrestada em relação ao autor na forma do art. 98, §3º do Mesmo Diploma Processual."

Em virtude do exposto, pugna pelo indeferimento dos pleitos da exequente e consequente **extinção dos autos nos termos do art. 924, II, CPC**, tendo em vista que resta cabalmente comprovado que o pagamento realizado se deu nos exatos termos da condenação imposta.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 24 de janeiro de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**